

UMA OUTRA CIDADE É POSSÍVEL

Programa de Governo: Coligação Frente de Esquerda

O desafio da Frente de Esquerda – PSOL e PCB - numa eleição municipal é construir um programa de governo e um plano de ação que contribuam efetivamente para o estabelecimento de um novo patamar de relações entre governo e sociedade que ponha um fim às formas de exclusão da maioria da população, promovendo uma melhoria efetiva na qualidade de vida.

Acreditamos poder construir uma alternativa real, sincera, ecologicamente comprometida e radicalmente democrática.

Queremos ser um ponto de apoio para a luta dos trabalhadores, da juventude e do movimento popular. Somos oposição aos governos municipal, estadual e federal porque nosso programa é inconciliável com os interesses dos grandes capitalistas da cidade.

Sem uma profunda reforma urbana que se contraponha aos interesses da especulação e dos grandes empreendimentos não vai haver saída para a falta de moradia, a destruição acelerada e criminosa das belezas naturais da cidade, a falta de segurança pública e o drama das famílias que moram nas áreas de risco ou sem serviços essenciais (como luz, esgoto ou água).

A Frente de Esquerda assume a defesa da luta das mulheres, negros e da população LGBT. São as mulheres as que mais são atingidas pela falta de creches públicas e gratuitas, a violência doméstica, as mutilações e mortes do aborto clandestino e a diferenciação de salário menor para trabalho igual ao do homem. Os negros são as principais vítimas da violência urbana e do racismo que está presente em nossa sociedade, tanto de forma descarada quanto de forma velada, e sujeita os negros aos piores e mais mal remunerados empregos. A homo, lesbo e transfobia incentivam

constantes cenas de violência e barbárie contra a população LGBT. Nossa coligação terá políticas públicas contra toda forma de opressão em todas as suas expressões.

O momento é histórico onde poderemos eleger legítimos representantes nas eleições municipais que sirvam como um ponto de apoio para as lutas populares e dos trabalhadores na cidade.

Nosso programa deve politizar o debate político.

Nosso programa deve apontar para a Democratização do processo de desenvolvimento de Políticas Públicas Municipais, propiciando a participação popular nas decisões estratégicas do município.

Diretrizes de Governo

01. Democratização do processo de desenvolvimento de Políticas Públicas Municipais, propiciando a participação popular nas decisões estratégicas do município.
02. Resgate da dívida social através do direcionamento de Políticas Públicas Afirmativas, com redefinição das prioridades, através do direcionamento de serviços e investimentos públicos para as áreas e setores mais abandonados.
03. Transparência administrativa através da criação de instrumentos de acesso a informação das ações do governo municipal.
04. Racionalização da máquina administrativa, reduzindo os cargos de confiança ao estritamente indispensável e aproveitando ao máximo os servidores de carreira em cargos de direção.

Planejamento Urbano

05. Reestabelecimento da capacidade planejadora da prefeitura através da criação de condições institucionais que promovam e propiciem a participação da população na definição das Políticas Públicas Urbanas e da valorização do órgão de Planejamento da Cidade com o reforço de seu quadro técnico.
06. Busca de articulação com os municípios da grande Florianópolis visando a integração territorial e a solução dos problemas comuns através de instrumentos adequados, tais como a criação de Fóruns Metropolitanos, Planos de Mobilidade Metropolitanos etc.
07. Retomada da revisão do plano diretor de Florianópolis a partir das demandas distritais e continuidade da metodologia participativa interrompida em 2008, na busca da construção da Cidade-Direito.
08. Implantação do Projeto “Viver no Centro” de modo a retomar a centralidade e a segurança no centro histórico de Florianópolis.
09. Implantação de todos os parques demandados pelas comunidades durante o processo de revisão do Plano Diretor Participativo de Florianópolis, de modo a reforçar os espaços públicos como lugares de trocas sociais e construção da cidadania.

Mobilidade Urbana

10. Priorização do transporte coletivo de massa com qualidade, conforto, confiabilidade e financiado pelo conjunto da sociedade, na busca da implantação da Tarifa Zero.
11. Criação do Fundo Municipal de Mobilidade Urbana de modo a financiar as iniciativas de melhoria da mobilidade urbana com recursos oriundos de diversas fontes: recursos orçamentários, retorno do IPVA, Zona Azul, propaganda veiculada em ônibus etc.
12. Subordinação da ocupação do solo à existência de infraestrutura e capacidade viária.

13. Desenvolvimento do sistema viário de forma integrada ao planejamento territorial, priorizando o transporte coletivo.
14. Busca da intermobilidade, valorizando os modais não poluentes, em especial o cicloviário, marítimo e coletivo.
15. Estudo de viabilidade técnica-econômica e implantação do transporte marítimo nas baías Norte e Sul, integrando a parte continental à ilha de Santa Catarina
16. Implantação de um sistema cicloviário integrado e conectado em todo o município.

Meio Ambiente

17. Ordenamento territorial referenciado ecologicamente de modo a proteger o sistema natural frágil da ilha composto de manguesais, lagoas, cursos d'água, dunas, praias etc.
18. Exigência da recuperação da balneabilidade das praias do município através do tratamento de 100% dos efluentes produzidos no município;
19. Primar pela eficácia no tratamento dos resíduos industriais protegendo e garantindo a manutenção dos recursos naturais

Segurança Pública

20. A cultura do medo que viabiliza a indústria da segurança privada precisa ser substituída pela cultura da solidariedade e da cidadania;
21. Garantir o mais elementar direito à vida e à segurança, indistintamente da classe social através da repressão ao crime, coordenação entre as polícias, militar e civil e guarda municipal e aproximação da população aos agentes de segurança;
22. Fomento de condições institucionais de forma a garantir direitos a causas coletivas populares através de apoio jurídico permanente, em cooperação com a OAB e o Ministério Público,

Administração Pública

23. Valorização dos Servidores Públicos Municipais através de uma Política Municipal específica e da implementação do Plano de Cargo e Carreira e Salário construído com a categoria visando melhorar os serviços prestados à população;
24. Aproximação da gestão municipal à população através da valorização dos Distritos, institucionalizando-os como elementos constitutivos da administração municipal;
25. Constituição de quadro próprio nas fundações municipais;
26. Contra a terceirização do serviço público municipal;

Educação

27. Universalização do Ensino Fundamental através de escolas com caráter público, gratuito, laico e socialmente referenciadas;
28. Resgatar o processo da democracia participativa nas Escolas Municipais visando uma verdadeira autonomia das unidades;
29. Construção, em conjunto com a rede municipal de ensino (professores, pais e alunos), do Projeto Político Pedagógico da Secretaria Municipal de Educação;
30. Universalização da Educação Infantil municipal (Creches e NEIs), com ampliação das vagas de forma a contemplar toda a demanda existente;
31. Institucionalização, de forma profissional, dos projetos extracurriculares, na busca do turno integral no ensino fundamental;
32. Garantia das conquistas históricas da categoria dos profissionais da educação no âmbito municipal, adequando as tabelas do plano de carreira ao piso nacional;

Reforma Urbana

33. Resgate dos princípios da Reforma Urbana segundo os princípios históricos do movimento nacional, subordinando o direito de propriedade à sua função social e fomentando uma nova institucionalidade verdadeiramente mais participativa;
34. Implementação do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social conforme o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social para a construção e reforma de moradias populares e urbanização de áreas de baixa renda, integrando as famílias de baixa renda à cidade e seus serviços;

Saúde

35. Promoção de Políticas Públicas voltadas à promoção da saúde e não centrada no combate à doença na construção de condições favoráveis à melhoria da qualidade de vida do cidadão.
36. Fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS – priorizando a Política Pública Municipal centrada na Saúde da Família, valorizando seus profissionais;
37. Fortalecimento da Saúde como Direito do Cidadão e dever do Estado combatendo qualquer forma de privatização via Organizações Sociais (OS's), terceirização nos serviços da Saúde e contratações de profissionais públicos da saúde via CLT.
38. Construção de indicadores reais de saúde deve ser o mote das políticas públicas de saúde. Viver com qualidade representa ter um trabalho que proporcione satisfação, moradia digna, transporte de qualidade, lazer, segurança e alimentação saudável. A lógica de saúde preponderante em nossa cultura constrói formas e métodos de assistir a doença.
39. As ações prioritárias de saúde de uma comunidade precisam ser pensadas pela própria comunidade coletivamente. A aplicação e controle social dos recursos destinados à saúde devem ter espaços garantidos e legítimos para esse exercício.

Cultura

40. Desenvolvimento de Políticas Públicas Culturais que tenham como princípios o pluralismo das expressões artísticas e culturais, não tutelada pelo poder público, visando o fortalecimento, a construção e o fomento da cultura em Florianópolis.
41. Criação de Centros Culturais nas comunidades ou fortalecimento daqueles já construídos comunitariamente de forma a democratizar o acesso às artes, à cultura, à leitura nas suas diversas mídias.

Esporte e Lazer

42. Universalização do acesso ao direito constitucional ao esporte com a construção e manutenção de equipamentos esportivos distribuídos democraticamente em todo o território municipal;

Orçamento, Emprego e Renda

43. Busca de uma maior justiça social através do orçamento municipal garantindo sua publicização e clareza das informações orçamentárias;
44. Fortalecimento das atividades econômicas tradicionais locais: pesca artesanal, oleiros, renda de bilros e extrativismo.
45. Fomento da autogestão dos recicladores do município de Florianópolis, apoiados pelo poder público através de suporte técnico-institucional.

Direito e Cidadania

46. Solidariedade, apoio e compromisso às bandeiras da comunidade LGBT, combatendo quaisquer tipos de homofobia e discriminação;

Espaço Público

47. Destinação pública para os espaços provenientes da desinstalação da Penitenciária do Estado, da área da Ponta do Coral, do Educandário XXV de Novembro (antigo abrigo de menores), da área do Vassourão (Lagoa da Conceição), do Campo da Aviação (Campeche), do Parque do Rio Vermelho etc;
48. Construção de espaços públicos de qualidade: Nossos espaços públicos não podem ser vistos como o que resta das construções privadas, que numa lógica aditiva constroem nossa cidade sem o mínimo de coerência territorial. Ao contrário, nossos espaços públicos precisam ser centrais nas políticas urbanas e desencadeadores da construção de uma esfera pública e da cidadania, de uma cidade plural e saudável.
49. Democratização do acesso e uso das praias de Florianópolis, que devem ser entendidas como espaços públicos.

Turismo

50. Democratização do Turismo em Florianópolis. Hoje o Turismo é elitista; homogeneiza todo o território, não respeitando as especificidades dos diferentes lugares do município; é concentrador de renda; não é acessível ao cidadão de baixa e média renda e está nas mãos das grandes redes hoteleiras e dos agentes imobiliários.